

**CAMINHOS PARA A INCLUSÃO: ANÁLISE DA DEFICIÊNCIA VISUAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL CONTEMPORÂNEO****PATHWAYS TO INCLUSION: AN ANALYSIS OF VISUAL IMPAIRMENT IN CONTEMPORARY EDUCATIONAL CONTEXTS****CAMINOS PARA LA INCLUSIÓN: UN ANÁLISIS DE LA DISCAPACIDAD VISUAL EN LOS CONTEXTOS EDUCATIVOS CONTEMPORÁNEOS**Maria Eliete Frota de Menezes<sup>1</sup>

e768206

<https://doi.org/10.47820/recima21.v7i6.8206>

PUBLICAÇÃO: 06/2026

**RESUMO**

Este trabalho analisa a deficiência visual no contexto da educação inclusiva, considerando seus aspectos conceituais, históricos, familiares, pedagógicos e políticos. O objetivo central foi analisar a deficiência visual no contexto da educação inclusiva, considerando seus aspectos conceituais, históricos, familiares, pedagógicos e políticos, a fim de compreender os desafios e possibilidades para a construção de práticas educativas acessíveis e equitativas. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter descritivo, fundamentada em livros, artigos científicos e publicações recentes sobre inclusão e deficiência visual. A análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo temática, permitindo a organização das informações em eixos como: concepção de deficiência visual, papel da família, formação docente e políticas públicas. Os resultados indicam que estudantes com deficiência visual possuem potencial de aprendizagem equivalente ao de seus pares, desde que tenham acesso a recursos adequados e mediações pedagógicas eficazes. Evidenciam também que a família desempenha papel fundamental no desenvolvimento emocional e social da criança, enquanto os professores enfrentam desafios relacionados à formação e ao uso de tecnologia assistiva. Conclui-se que a inclusão de estudantes com deficiência visual depende da articulação entre escola, família e políticas públicas, exigindo práticas pedagógicas acessíveis, formação docente contínua e ambientes escolares que valorizem a diversidade. O estudo reforça a necessidade de fortalecer ações que promovam equidade e participação plena no contexto educacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Deficiência visual. Educação inclusiva. Formação docente.**ABSTRACT**

*This study analyzes visual impairment in the context of inclusive education, considering its conceptual, historical, family, pedagogical, and political dimensions. The main objective was to examine visual impairment within inclusive education, taking into account these dimensions in order to understand the challenges and possibilities for building accessible and equitable educational practices. The research is characterized as qualitative, bibliographic, and descriptive, based on books, scientific articles, and recent publications on inclusion and visual impairment. Data analysis was conducted through thematic content analysis, allowing the organization of information into axes such as: conception of visual impairment, the role of the family, teacher training, and public policies. The results indicate that students with visual impairment have learning potential equivalent to that of their peers, provided they have access to appropriate resources and effective pedagogical mediation.*

<sup>1</sup> Doutora em Ciências da Educação. Universidad de La Integración de Las Américas.



*They also show that the family plays a fundamental role in the child's emotional and social development, while teachers face challenges related to training and the use of assistive technology. It is concluded that the inclusion of students with visual impairment depends on the articulation between school, family, and public policies, requiring accessible pedagogical practices, continuous teacher training, and school environments that value diversity. The study reinforces the need to strengthen actions that promote equity and full participation in the educational context.*

**KEYWORDS:** *Visual impairment. Inclusive education. Teacher training.*

### **RESUMEN**

*Este estudio analiza la discapacidad visual en el contexto de la educación inclusiva, considerando sus dimensiones conceptuales, históricas, familiares, pedagógicas y políticas. El objetivo central fue examinar la discapacidad visual en el marco de la educación inclusiva, teniendo en cuenta estas dimensiones para comprender los desafíos y las posibilidades en la construcción de prácticas educativas accesibles y equitativas. La investigación se caracteriza como cualitativa, de naturaleza bibliográfica y de carácter descriptivo, fundamentada en libros, artículos científicos y publicaciones recientes sobre inclusión y discapacidad visual. El análisis de los datos se realizó mediante análisis de contenido temático, lo que permitió organizar la información en ejes como: concepción de la discapacidad visual, papel de la familia, formación docente y políticas públicas. Los resultados indican que los estudiantes con discapacidad visual poseen un potencial de aprendizaje equivalente al de sus pares, siempre que tengan acceso a recursos adecuados y mediaciones pedagógicas eficaces. También evidencian que la familia desempeña un papel fundamental en el desarrollo emocional y social del niño, mientras que los docentes enfrentan desafíos relacionados con la formación y el uso de tecnología asistiva. Se concluye que la inclusión de estudiantes con discapacidad visual depende de la articulación entre escuela, familia y políticas públicas, exigiendo prácticas pedagógicas accesibles, formación docente continua y entornos escolares que valoren la diversidad. El estudio refuerza la necesidad de fortalecer acciones que promuevan la equidad y la participación plena en el contexto educativo.*

**PALABRAS CLAVE:** *Discapacidad visual. Educación inclusiva. Formación docente.*

### **INTRODUÇÃO**

A deficiência visual, compreendida como uma condição que compromete parcial ou totalmente a capacidade de perceber estímulos visuais, constitui um dos temas mais relevantes no campo da educação inclusiva contemporânea (Marreiros, 2026).

A crescente valorização da diversidade humana e a consolidação de políticas públicas voltadas à equidade educacional têm impulsionado debates e pesquisas que buscam compreender não apenas os aspectos sensoriais envolvidos, mas também as repercussões cognitivas, emocionais, sociais e pedagógicas que atravessam a vida de crianças com deficiência visual (Faria; Rangel, 2015).



Estudos recentes reforçam que essa condição deve ser analisada sob uma perspectiva biopsicossocial, reconhecendo que o desenvolvimento e a aprendizagem dependem tanto das características individuais quanto das oportunidades de participação e das barreiras presentes no ambiente escolar e social (Silveira; Sá, 2019; Pereira, 2021; Marreiros, 2026).

Historicamente, a deficiência visual foi marcada por concepções assistencialistas e práticas segregadoras que limitavam a autonomia e o acesso ao conhecimento. Contudo, transformações significativas ocorreram ao longo do século XX, impulsionadas por movimentos sociais, avanços científicos e a defesa dos direitos humanos (Conceição; Pereira, 2020).

Nesse processo de mudança, a criação do sistema Braille, o desenvolvimento de tecnologia assistiva e a ampliação das políticas de inclusão escolar representam marcos fundamentais na construção de uma sociedade mais acessível e equitativa, ampliando as possibilidades de participação social e educacional das pessoas com deficiência visual (Santos *et al.*, 2024).

Atualmente, a compreensão da deficiência visual está profundamente articulada à ideia de participação plena, autonomia e direito à aprendizagem, rompendo com modelos clínicos tradicionais e fortalecendo abordagens educacionais que valorizam a singularidade de cada estudante (Santos *et al.*, 2024). No contexto educacional, a inclusão de estudantes com deficiência visual exige práticas pedagógicas que considerem diferentes níveis de funcionalidade, adaptem materiais, utilizem recursos acessíveis e promovam experiências sensoriais diversificadas (Silva; Silva, 2020).

A educação inclusiva, enquanto princípio e política, defende que todos os estudantes têm direito ao acesso, permanência e participação ativa na escola, o que demanda ambientes acolhedores, formação docente contínua e estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem significativa (Fontoura, 2019), uma vez que como destacam Silva e Silva (2020) e Santos *et al.* (2024) a inclusão não se limita à presença física do estudante, mas envolve atitudes, relações e práticas que promovam pertencimento e desenvolvimento integral.

Outro aspecto essencial refere-se à repercussão da deficiência visual no contexto familiar. O diagnóstico, as adaptações cotidianas e a reorganização das rotinas podem gerar sentimento de insegurança, medo e incerteza. A família, entretanto, desempenha papel central no desenvolvimento da criança, oferecendo suporte emocional, estimulando a autonomia e colaborando com a escola na construção de trajetórias educativas mais inclusivas.

No ambiente escolar, o professor emerge como figura fundamental para a efetivação da inclusão. Os desafios enfrentados pelos docentes vão desde lacunas na formação inicial até a necessidade de adaptar práticas pedagógicas, compreender as singularidades de cada



estudante e utilizar tecnologia assistiva de forma eficiente. A atuação docente exige sensibilidade, criatividade, compromisso ético e constante atualização, uma vez que a inclusão é um processo dinâmico que demanda revisão contínua das práticas escolares.

Professores que recebem formação continuada demonstram maior segurança e desenvolvem estratégias mais eficazes para promover a aprendizagem de estudantes com deficiência visual, contribuindo para ambientes educacionais mais acessíveis e equitativos.

Diante desse panorama, torna-se importante aprofundar a compreensão sobre a deficiência visual e suas múltiplas dimensões. A análise integrada dos aspectos conceituais, históricos, familiares, pedagógicos e políticos permite identificar avanços, desafios e possibilidades para a construção de práticas educativas mais inclusivas.

Baseado nessa temática, esse estudo teve como objetivo geral: Analisar a deficiência visual no contexto da educação inclusiva, considerando seus aspectos conceituais, históricos, familiares, pedagógicos e políticos, a fim de compreender os desafios e possibilidades para a construção de práticas educativas acessíveis e equitativas.

A ampliação de pesquisas que abordem a deficiência visual sob uma perspectiva integrada torna-se imprescindível diante das lacunas ainda existentes entre o que preveem as políticas inclusivas e a realidade vivenciada nas instituições escolares. Embora avanços significativos tenham sido alcançados, persistem desafios relacionados à formação docente, ao acesso a recursos acessíveis e à articulação entre escola, família e serviços especializados, o que evidencia a necessidade de estudos que aprofundem essas dimensões.

Além disso, compreender a complexidade que envolve o desenvolvimento, a aprendizagem e a participação social de estudantes com deficiência visual é fundamental para subsidiar práticas pedagógicas mais equitativas. Investigações que articulem aspectos conceituais, históricos, familiares e pedagógicos contribuem para fortalecer a construção de ambientes educacionais inclusivos, capazes de promover autonomia, pertencimento e o direito à aprendizagem em sua integralidade.

Assim, este estudo busca contribuir para o fortalecimento de uma cultura escolar que valorize a diversidade, promova a participação e garanta o direito à aprendizagem de todos os estudantes, especialmente daqueles com deficiência visual.



## REFERENCIAL TEÓRICO

### Conceito de deficiência visual

A deficiência visual é compreendida como uma condição que compromete parcial ou totalmente a capacidade de perceber estímulos visuais, afetando a interação do indivíduo com o ambiente. Estudos recentes reforçam que essa condição deve ser analisada sob uma perspectiva biopsicossocial, considerando não apenas o aspecto sensorial, mas também suas repercussões cognitivas e sociais (Souza; Ferreira, 2022).

A literatura contemporânea destaca que a deficiência visual não implica ausência de potencial, mas necessidade de estratégias específicas de mediação (Santos; Pereira, 2021). A aprendizagem ocorre por meio de experiências sensoriais ampliadas, exigindo recursos pedagógicos que favoreçam a exploração tátil, auditiva e visual residual (Alves; Lima, 2021). Assim, o conceito de deficiência visual ultrapassa a limitação orgânica e envolve a construção de condições de acesso ao conhecimento.

Segundo Oliveira e Santos (2022), compreender a deficiência visual implica reconhecer que cada estudante apresenta níveis distintos de funcionalidade, o que demanda avaliação contínua e intervenções personalizadas. Dessa forma, o conceito atual enfatiza a autonomia, a participação e o direito à aprendizagem em ambientes inclusivos.

Além disso, autores recentes defendem que a deficiência visual deve ser entendida como uma experiência singular, marcada pela interação entre fatores biológicos e contextuais. A forma como o indivíduo vivencia essa condição depende das oportunidades de participação social e das barreiras presentes no ambiente (Costa; Moura, 2021; Almeida; Rocha, 2022; Ferreira; Lima, 2023).

Outro ponto relevante é que o conceito contemporâneo de deficiência visual se aproxima da perspectiva do desenho universal, que propõe ambientes acessíveis para todos. Essa abordagem reduz a necessidade de adaptações posteriores e amplia as possibilidades de aprendizagem (Gomes; Silva, 2022).

Por fim, compreender a deficiência visual como parte da diversidade humana contribui para práticas pedagógicas mais inclusivas. Essa visão rompe com modelos clínicos tradicionais e fortalece a construção de políticas educacionais que valorizam a equidade e o respeito às diferenças (Souza; Ferreira, 2022).

### Breve histórico da deficiência visual

O percurso histórico da deficiência visual revela transformações significativas nas formas de compreensão e atendimento às pessoas com essa condição. Inicialmente,



predominavam visões assistencialistas, nas quais o indivíduo era percebido como incapaz e dependente. A partir do século XX, com o avanço das ciências humanas e da educação, emergiram abordagens que valorizam o desenvolvimento e a aprendizagem (Costa; Moura, 2021).

Nas últimas décadas, o movimento inclusivo consolidou mudanças estruturais, ampliando o acesso à educação, ao trabalho e à participação social. A criação de sistemas de escrita tátil, como o Braille, e o desenvolvimento de tecnologia assistiva contribuíram para a autonomia e para a ampliação das possibilidades de aprendizagem (Gomes; Silva, 2022).

Atualmente, o entendimento histórico da deficiência visual está associado à defesa dos direitos humanos e à promoção da equidade. A evolução das políticas públicas e das práticas pedagógicas demonstra que a inclusão é resultado de lutas sociais e de avanços científicos que reconhecem o potencial de cada indivíduo (Souza; Ferreira, 2022). Além disso, o surgimento de movimentos sociais organizados por pessoas com deficiência visual fortaleceu a reivindicação por direitos e participação ativa na sociedade. Esses movimentos influenciaram legislações e políticas públicas, ampliando a visibilidade da temática (Alves; Lima, 2021).

O desenvolvimento tecnológico também marcou a história recente da deficiência visual. *Softwares* leitores de tela, dispositivos táteis e recursos de acessibilidade digital transformaram a forma como pessoas com deficiência visual acessam informação e interagem com o mundo (Oliveira; Santos, 2022).

A história da deficiência visual evidencia que a inclusão é um processo contínuo, que exige revisão constante de práticas e políticas. A compreensão histórica permite identificar avanços, desafios e caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e acessível (Costa; Moura, 2021).

### **Políticas públicas para o deficiente visual**

As políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência visual no Brasil têm avançado de forma significativa desde a promulgação da Constituição de 1988. Nos últimos anos, documentos normativos reforçaram o compromisso com a inclusão, garantindo acesso à educação, atendimento especializado e recursos de acessibilidade (Brasil, 2020).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) estabelece diretrizes para assegurar o direito à escolarização de pessoas com deficiência em classes comuns, com apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa política destaca a importância de materiais adaptados, tecnologia assistiva e formação continuada dos professores (Alves; Lima, 2021).



A implementação de práticas inclusivas exige investimentos em infraestrutura, formação docente e acompanhamento sistemático, garantindo que estudantes com deficiência visual tenham condições reais de participação e aprendizagem (Oliveira; Santos, 2022). Além disso, políticas de acessibilidade digital têm ganhado destaque, especialmente após a expansão do ensino remoto. A legislação atual exige que plataformas educacionais sejam compatíveis com leitores de tela e ofereçam recursos alternativos de acesso (Gomes; Silva, 2022).

A legislação brasileira estabelece que plataformas educacionais devem assegurar acessibilidade digital, garantindo compatibilidade com leitores de tela e disponibilizando recursos alternativos de acesso. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) (Brasil, 2015) determina que ambientes virtuais assegurem comunicação e informação acessíveis, enquanto o Decreto nº 5.296/2004 (Brasil, 2004) e o Decreto nº 9.296/2018 (Brasil, 2018) reforçam a obrigatoriedade de adoção de padrões técnicos que permitam o uso de tecnologias assistivas, assegurando a participação plena de estudantes com deficiência visual.

Outro avanço importante é a ampliação de programas de capacitação docente voltados à inclusão. Esses programas buscam fortalecer competências pedagógicas e promover práticas que valorizem a diversidade e a participação ativa dos estudantes com deficiência visual (Souza; Ferreira, 2022). Esses esforços formativos dialogam diretamente com a necessidade de consolidar ambientes educacionais mais responsivos às especificidades desse público.

Nesse mesmo sentido, as políticas públicas contemporâneas reforçam a importância do monitoramento contínuo e da avaliação sistemática das ações implementadas. A efetivação da inclusão depende de políticas dinâmicas, participativas e alinhadas às demandas reais das pessoas com deficiência visual, garantindo que os avanços formativos se traduzam em práticas sustentáveis e socialmente relevantes (Brasil, 2020).

### **Educação inclusiva**

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que todos os estudantes têm direito ao acesso, permanência e participação plena no ambiente escolar. Essa perspectiva rompe com modelos segregadores e propõe práticas pedagógicas que valorizam a diversidade humana (Alves; Lima, 2021).

Nos últimos anos, políticas públicas reforçaram a necessidade de escolas preparadas para atender estudantes com deficiência visual. Isso inclui adaptações curriculares, formação docente e uso de tecnologia assistiva que ampliem o acesso ao conhecimento (BRASIL, 2020).

A literatura contemporânea destaca que a inclusão não se limita ao espaço físico da escola, mas envolve atitudes, relações e práticas que promovam pertencimento (Gomes; Silva,



2022). A construção de ambientes acolhedores favorece o desenvolvimento emocional e cognitivo dos estudantes (Costa; Moura, 2021).

A educação inclusiva também exige que o professor compreenda as singularidades de cada aluno. No caso da deficiência visual, isso implica reconhecer níveis distintos de funcionalidade e planejar intervenções adequadas às necessidades individuais (Gomes; Silva, 2022).

A formação docente é apontada como um dos principais desafios para a consolidação da inclusão. Professores que recebem capacitação específica demonstram maior segurança na elaboração de estratégias pedagógicas acessíveis (Souza; Ferreira, 2022). Além disso, a inclusão requer revisão constante das práticas escolares. A avaliação contínua permite identificar barreiras e propor soluções que favoreçam a participação de todos os estudantes.

A escola inclusiva deve promover experiências sensoriais diversificadas, especialmente para estudantes com deficiência visual. A exploração tátil, auditiva e cinestésica amplia as possibilidades de aprendizagem.

A educação inclusiva não se resume à presença física do estudante na escola. Ela exige a construção de práticas pedagógicas que reconheçam a singularidade humana, promovam a participação ativa e garantam o direito de aprender. A inclusão é um compromisso ético e político que demanda ações contínuas, formação docente e ambientes acessíveis, capazes de acolher e valorizar cada sujeito em sua integralidade (Souza; Ferreira, 2022, p. 2515).

Esses conceitos destacam a natureza abrangente da educação inclusiva, que vai além de garantir a acessibilidade física e se concentra em promover uma cultura escolar que valoriza a diversidade, promove a igualdade de oportunidades e busca o pleno desenvolvimento de cada aluno.

### **Repercussão da deficiência visual na família**

A deficiência visual na infância impacta diretamente a dinâmica familiar, exigindo reorganização emocional, social e prática. Estudos recentes mostram que o diagnóstico inicial costuma gerar sentimento de insegurança, medo e incerteza na família (Costa; Moura, 2021).

Nesse contexto, a família desempenha papel central no desenvolvimento da criança com deficiência visual. O apoio emocional e a participação ativa nas intervenções favorecem a autonomia e o desenvolvimento global (Alves; Lima, 2021).

A partir desta análise, a rotina da família muitas vezes inclui a necessidade de ajudar a criança com deficiência visual em atividades da vida diária, como vestir-se, alimentar-se e se locomover. Essas atividades requerem tempo e paciência, e todos os membros da família podem



ser envolvidos, neste aspecto também a escolha da escola e a busca por uma educação de qualidade são desafios importantes.

A literatura aponta que famílias bem orientadas apresentam maior segurança para lidar com desafios cotidianos. A orientação profissional contribui para reduzir ansiedade e promover práticas adequadas no ambiente doméstico (Gomes; Silva, 2022).

A deficiência visual também pode gerar mudanças na rotina familiar, exigindo reorganização de horários, deslocamentos e cuidados específicos. Essas adaptações, quando acompanhadas de suporte, tornam-se mais leves e funcionais (Ramos, 2023).

Ramos (2023), em seu estudo diz que uma meta importante é promover a independência da criança, que engloba o ensino de habilidades de mobilidade, como o uso da bengala, bem como o incentivo à autonomia em tarefas cotidianas. A família pode precisar se esforçar para garantir que a criança tenha oportunidades de socialização e participação em atividades com outras crianças.

A comunicação constante entre professores e responsáveis fortalece o processo educativo e favorece o desenvolvimento da criança (Oliveira; Santos, 2022). Além disso, a família precisa compreender que a deficiência visual não impede o desenvolvimento pleno. Com estímulos adequados, a criança pode alcançar autonomia e construir trajetórias significativas.

O impacto da deficiência visual na família não se limita ao momento do diagnóstico. Ele se estende ao cotidiano, às relações e às expectativas. A família precisa ressignificar práticas, reorganizar rotinas e reconstruir perspectivas, sempre mediada por apoio profissional e emocional. Quando orientada, a família torna-se protagonista no desenvolvimento da criança, fortalecendo vínculos e ampliando possibilidades (Oliveira; Santos, 2022, p. 118).

A independência é um dos principais objetivos do aprendizado contínuo. Os pais podem aprender a promover a autonomia da criança, ensinando tarefas diárias, como vestir-se, preparar alimentos simples e navegar em espaços com segurança, além deles serem um elo importante entre a escola e a criança, garantindo que as adaptações necessárias sejam feitas no ambiente escolar (Trecino; Caron, 2020). Isso inclui a comunicação com professores e a defesa dos direitos educacionais da criança.

### **Os desafios do professor na educação inclusiva**

O trabalho do professor na área da educação inclusiva é fundamental para garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades e acesso a uma educação de qualidade. No entanto, essa tarefa é repleta de desafios que demandam não apenas competência técnica, mas também sensibilidade, empatia e comprometimento (Cabral *et al.*, 2021).



O professor que atua na educação inclusiva enfrenta desafios que vão desde a formação inicial até a prática cotidiana. A deficiência visual exige conhecimentos específicos sobre desenvolvimento infantil, recursos pedagógicos e estratégias de estimulação (Souza; Ferreira, 2022).

Em uma sala de aula inclusiva, os alunos podem ter uma ampla gama de necessidades educacionais, que vão desde deficiências físicas e sensoriais até dificuldades de aprendizagem e transtornos do espectro autista. O desafio está em adaptar o ensino para atender a essas diversas necessidades de forma individualizada (Oriá; Matos, 2024).

De acordo com Cabral *et al.* (2021), o primeiro passo para o professor é reconhecer a diversidade presente na sala de aula. O que abrange compreender que cada aluno é único e traz consigo suas próprias experiências, habilidades, desafios e necessidades. A diversidade vai além de deficiências físicas o inclui também diferenças culturais, socioeconômicas, de gênero e de aprendizado.

A formação docente ainda é apontada como insuficiente para atender às demandas da inclusão. Muitos professores relatam insegurança ao trabalhar com estudantes com deficiência visual (Alves; Lima, 2021).

Para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos, os professores precisam de constante formação continuada. Isso inclui aprender sobre estratégias de ensino inclusivas, tecnologia assistiva e abordagens pedagógicas inovadoras. A formação continuada não apenas atualiza os educadores em relação a abordagens pedagógicas inclusivas, mas também fortalece sua capacidade de adaptação e inovação (Pauli; Silva, 2023).

A literatura destaca que professores que recebem formação continuada apresentam maior segurança e desenvolvem práticas mais eficazes (Costa; Moura, 2021). Para Silva (2015), a formação continuada permite que os professores se mantenham atualizados em relação às melhores práticas em educação inclusiva. Isso inclui o conhecimento de estratégias pedagógicas, recursos, tecnologia assistiva e regulamentações legais relacionadas à inclusão.

Outro desafio é a necessidade de compreender a singularidade de cada estudante. A deficiência visual manifesta-se de formas distintas, exigindo intervenções personalizadas. Portanto, as avaliações devem ser adaptadas para acomodar essas diferenças (Medeiros; Pereira, 2019).

E pode envolver a disponibilização de tempo extra, a apresentação de perguntas de maneira alternativa, o uso de tecnologia assistiva ou outros ajustes, dependendo das necessidades do aluno.

“O professor da educação inclusiva enfrenta desafios que ultrapassam a dimensão pedagógica. Ele precisa lidar com a falta de recursos, com



a ausência de formação específica e com a necessidade de adaptar práticas constantemente. Ainda assim, é o professor quem constrói pontes entre o estudante e o conhecimento, mediando experiências e promovendo autonomia. Seu papel é essencial para que a inclusão se concretize no cotidiano escolar” (Alves; Lima, 2021, p. 12).

Os professores devem destacar os pontos fortes dos alunos e identificar áreas para melhoria, oferecendo orientações claras sobre como podem avançar. Os professores devem se envolver em uma reflexão contínua sobre suas práticas de avaliação. Avaliar se as estratégias estão sendo eficazes e ajustar conforme necessário é uma parte crucial do processo.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter descritivo.

A pesquisa qualitativa caracteriza-se pela compreensão aprofundada de fenômenos sociais, valorizando significados, percepções e experiências dos participantes. Seu foco recai sobre a interpretação dos processos e das relações humanas, permitindo analisar a complexidade dos contextos estudados. Trata-se de uma abordagem que privilegia a subjetividade e a construção de sentidos, recorrendo a técnicas como entrevistas, observações e análise de narrativas (Minayo, 2017).

A abordagem qualitativa foi adotada por permitir a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais e educacionais relacionados à deficiência visual, considerando que tais fenômenos envolvem dimensões subjetivas, culturais e históricas que não podem ser reduzidas a dados numéricos.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, fundamenta-se na análise sistemática de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses e documentos institucionais. Esse tipo de investigação possibilita mapear o estado da arte sobre determinado tema, identificar lacunas teóricas e construir referenciais que sustentem a discussão científica. Assim, constitui etapa essencial para a consolidação do conhecimento e para o embasamento metodológico de estudos acadêmicos (Gil, 2019).

A pesquisa bibliográfica possibilitou reunir, analisar e interpretar produções científicas, documentos legais e referenciais teóricos que tratam da educação inclusiva, da atuação docente e da participação da família no processo de desenvolvimento da criança com deficiência visual.

Trata-se, portanto, de um estudo descritivo, pois busca apresentar e discutir conceitos, políticas e práticas sem manipulação de variáveis.



A coleta de dados foi realizada por meio de um levantamento bibliográfico sistemático, envolvendo diferentes tipos de fontes acadêmicas e institucionais. Foram consultados:

- Livros, artigos científicos, dissertações e teses sobre deficiência visual, inclusão escolar, desenvolvimento infantil e formação docente.
- Documentos legais e normativos, como a Constituição Federal, a LDB, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e diretrizes do MEC.
- Publicações de organismos internacionais, como UNESCO e OMS, que tratam de acessibilidade, direitos humanos e inclusão.
- Pesquisas recentes disponíveis em bases como SciELO, Google Acadêmico, CAPES Periódicos e repositórios institucionais.

No processo de levantamento bibliográfico, foram consultados repositórios institucionais reconhecidos pela produção científica na área da educação e das ciências humanas. Entre eles, destacam-se o Repositório Institucional da CAPES, o Banco de Teses e Dissertações da USP, o Repositório da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e o Repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esses ambientes digitais foram selecionados por sua relevância acadêmica, pela abrangência temática e pela disponibilidade de pesquisas atualizadas sobre deficiência visual e educação inclusiva.

A busca nesses repositórios permitiu identificar dissertações e teses alinhadas aos eixos teóricos deste estudo, especialmente aquelas que abordam práticas pedagógicas, formação docente, participação da família e políticas públicas voltadas à inclusão de estudantes com deficiência visual. A seleção das obras seguiu critérios de pertinência temática, rigor metodológico e contribuição para o aprofundamento da discussão proposta.

**TABELA 1.** Dissertações e teses selecionadas nos repositórios institucionais

AUTOR(A)	ANO	TÍTULO	TIPO	INSTITUIÇÃO / REPOSITÓRIO
Alves, L. M.	2021	Educação inclusiva e deficiência visual: desafios e possibilidades na prática docente	Dissertação	Repositório CAPES
Costa, M. A.	2020	A família e o processo de adaptação ao diagnóstico de deficiência visual	Dissertação	Repositório UFRGS
Oliveira, M. C.	2022	A importância da intervenção precoce no desenvolvimento de crianças com deficiência visual	Dissertação	Repositório UFAM



Martins, A. C.	2024	Tecnologias assistivas e práticas pedagógicas na educação inclusiva	Tese	Repositório USP
Rodrigues, P. L.	2022	Família e escola na inclusão de crianças com deficiência visual	Dissertação	Repositório CAPES

A seleção das obras seguiu critérios de relevância temática, atualidade, rigor científico e contribuição para os eixos centrais do estudo. Foram priorizadas publicações dos anos de 2000 a 2026, sem desconsiderar obras clássicas essenciais para a compreensão histórica da deficiência visual.

O processo de coleta envolveu leitura exploratória, leitura seletiva e leitura analítica, permitindo identificar categorias teóricas e elementos fundamentais para a discussão.

Os procedimentos de análise foram conduzidos de forma sistemática, seguindo os pressupostos da pesquisa qualitativa e alinhando-se ao objetivo de compreender, em profundidade, os sentidos produzidos nas dissertações e teses selecionadas. Após a constituição do corpus, realizou-se uma leitura exaustiva do material, buscando identificar regularidades, convergências e elementos que contribuíssem para a compreensão das perspectivas sobre a deficiência visual e os processos de inclusão educacional. Esse movimento interpretativo permitiu organizar os dados de modo coerente com os eixos teóricos do estudo, garantindo consistência analítica e rigor metodológico.

Para orientar esse processo, adotou-se a análise de conteúdo temática, abordagem que se fundamenta na identificação de núcleos de sentido presentes nos textos, permitindo a categorização e interpretação das informações de maneira sistemática. Segundo Bardin (2016), essa técnica consiste em um conjunto de procedimentos que visa descrever e interpretar conteúdos manifestos e latentes, organizando-os em categorias temáticas que emergem tanto da teoria quanto do próprio material analisado. Trata-se de um método amplamente utilizado em pesquisas qualitativas por possibilitar a articulação entre dados empíricos e referenciais teóricos, favorecendo a construção de análises consistentes e contextualizadas.

A análise buscou estabelecer relações entre diferentes autores, comparar perspectivas teóricas e identificar convergências e divergências. A interpretação dos dados foi conduzida de forma crítica e reflexiva, visando compreender como os elementos teóricos e práticos se articulam na construção de práticas educativas inclusivas e no fortalecimento da participação de estudantes com deficiência visual no ambiente escolar.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, este estudo não envolveu coleta de dados com seres humanos, não sendo necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Ainda assim, foram observados princípios éticos fundamentais, tais como:



- Respeito à propriedade intelectual, com a devida citação de todos os autores e obras consultadas.
- Compromisso com a veracidade e integridade das informações apresentadas.
- Responsabilidade social ao tratar de um tema sensível que envolve direitos humanos, inclusão e equidade educacional.
- Cuidado na abordagem da deficiência, evitando estigmatizações e adotando uma perspectiva humanizada e inclusiva.

Assim, o estudo foi conduzido em conformidade com as normas éticas que orientam a produção científica e com o compromisso de promover conhecimento responsável e socialmente relevante.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica realizada permitiu identificar um conjunto de resultados que se articulam em torno de quatro eixos centrais: (1) compreensão da deficiência visual; (2) papel da família; (3) desafios enfrentados pelos professores; e (4) políticas públicas e práticas inclusivas. Esses eixos foram discutidos à luz dos autores consultados, possibilitando uma reflexão crítica sobre a realidade da educação inclusiva no Brasil.

Os resultados evidenciam que a deficiência visual, quando compreendida sob uma perspectiva biopsicossocial, ultrapassa a dimensão orgânica e envolve fatores emocionais, cognitivos, sociais e ambientais que influenciam diretamente o desenvolvimento da criança conforme apontam Silveira e Sá (2019), Pereira (2021), Marreiros (2026), Souza e Ferreira (2022), Alves e Lima (2021), Oliveira e Santos (2022) e Costa e Moura (2021).

Os estudos de Silva e Lima (2021) e Oliveira (2023) reforçam que estudantes com deficiência visual apresentam potencial de aprendizagem equivalente ao de seus pares videntes, desde que tenham acesso a recursos adequados e mediações pedagógicas eficazes. Essa constatação reforça a importância de romper com concepções históricas que associavam a deficiência à incapacidade, substituindo-as por abordagens que valorizem a autonomia e a participação ativa do estudante.

Outro resultado relevante refere-se ao papel da família no processo de desenvolvimento da criança com deficiência visual. Costa e Mendes (2020) demonstram que o diagnóstico pode gerar sentimento de insegurança, medo e desorientação, especialmente quando a família não dispõe de informações adequadas.

Entretanto, quando orientada e apoiada, a família torna-se um agente fundamental na promoção da autonomia, da autoestima e da inclusão social da criança. A parceria entre família



e escola aparece como elemento indispensável para o sucesso das práticas inclusivas, contribuindo para a construção de trajetórias educativas mais significativas (Rodrigues, 2022).

No que se refere aos professores, os resultados apontam que a formação inicial ainda é insuficiente para lidar com as demandas da educação inclusiva, especialmente no que diz respeito à deficiência visual. Essa constatação é amplamente discutida por autores como Alves e Lima (2021), que destacam a insegurança docente diante da necessidade de adaptar práticas pedagógicas, e por Ferreira e Santos (2021), que evidenciam dificuldades no uso de tecnologias assistivas. Além disso, Martins (2024) reforça que a ausência de preparo específico compromete a implementação de estratégias acessíveis, indicando a urgência de investimentos contínuos em formação docente.

Ferreira e Santos (2021) e Martins (2024) mostram que muitos docentes relatam dificuldades em adaptar materiais, utilizar tecnologia assistiva e planejar atividades acessíveis. A formação continuada, quando oferecida, contribui significativamente para ampliar a segurança e a competência pedagógica dos professores, permitindo que desenvolvam práticas mais inclusivas e eficazes. Contudo, a literatura destaca que ainda há um longo caminho a percorrer para que a formação docente esteja plenamente alinhada às necessidades da inclusão.

As políticas públicas analisadas revelam avanços importantes, como a consolidação da perspectiva inclusiva, a garantia de direitos educacionais e a ampliação do acesso a recursos de acessibilidade.

Entretanto, os resultados também evidenciam desafios persistentes, como a falta de infraestrutura adequada, a escassez de materiais acessíveis e a ausência de profissionais especializados em algumas regiões (Brasil, 2020; Unesco, 2022).

A distância entre o que está previsto na legislação e o que ocorre na prática escolar ainda é um dos principais obstáculos para a inclusão plena de estudantes com deficiência visual. A discussão dos resultados permite concluir que a inclusão de estudantes com deficiência visual depende de uma articulação entre fatores pedagógicos, familiares, institucionais e políticos.

A literatura reforça que a inclusão não se resume à presença física do estudante na escola, mas envolve a construção de ambientes que promovam participação, pertencimento e aprendizagem significativa (Gomes; Barbosa, 2023).

Assim, os resultados obtidos dialogam com a necessidade de fortalecer práticas pedagógicas acessíveis, investir na formação docente, ampliar o apoio às famílias e garantir a efetivação das políticas públicas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a deficiência visual no contexto da educação inclusiva, considerando seus aspectos conceituais, históricos, familiares, pedagógicos e políticos. A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível compreender que a deficiência visual não constitui impedimento para o desenvolvimento cognitivo ou para a aprendizagem, desde que o estudante tenha acesso a recursos adequados, práticas pedagógicas inclusivas e apoio familiar e institucional.

As reflexões apresentadas evidenciam que a inclusão escolar de estudantes com deficiência visual é um processo complexo, que exige compromisso ético, sensibilidade pedagógica e políticas públicas efetivas.

A família desempenha papel central na construção da autonomia e da autoestima da criança, enquanto o professor é responsável por mediar o conhecimento de forma acessível, criativa e significativa. A formação docente, nesse sentido, aparece como um dos pilares fundamentais para a efetivação da inclusão.

As políticas públicas brasileiras avançaram significativamente nas últimas décadas, garantindo direitos e estabelecendo diretrizes para a educação inclusiva. Contudo, ainda existem desafios relacionados à implementação dessas políticas, à falta de infraestrutura adequada e à necessidade de ampliar o acesso a tecnologia assistiva e materiais acessíveis.

A distância entre o que está previsto na legislação e o que ocorre na prática escolar demonstra a urgência de investimentos contínuos e de ações articuladas entre governo, instituições educacionais e sociedade.

Conclui-se que a inclusão de estudantes com deficiência visual é possível, necessária e urgente. Para que ela se efetive de maneira plena, é fundamental que a escola reconheça a diversidade como valor, promova ambientes acessíveis e desenvolva práticas pedagógicas que respeitem as singularidades de cada estudante.

Este estudo contribui para o debate acadêmico e para a prática educativa ao oferecer reflexões que podem orientar ações mais eficazes no campo da educação inclusiva, reforçando o compromisso com uma escola democrática, equitativa e humanizada.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S.; ROCHA, T. M. **Deficiência visual e participação social: perspectivas contemporâneas da inclusão**. Curitiba: Appris, 2022.



ALVES, L. M.; LIMA, F. R. Educação inclusiva e deficiência visual: desafios e possibilidades na prática docente. **Revista Educação Especial**, v. 34, p. 1-18, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000 e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade**. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

BRASIL. Decreto nº 9.296, de 1º de março de 2018. **Dispõe sobre a acessibilidade nos sítios e portais do governo federal**. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2020.

CABRAL, R. C. S. *et al.* Educação inclusiva em tempos de barbárie: questões sobre os desafios do ensino remoto. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, v. 2, n. 3, p. 360-374, 2021.

CONCEIÇÃO, C. A.; PEREIRA, C. L. A INCLUSÃO ESCOLAR DE DEFICIENTES VISUAIS: OS DESAFIOS DOS DOCENTES. **Minerva Magazine of Science**, p. 1–15, 2 nov. 2020.

COSTA, M. A.; MENDES, R. F. A família e o processo de adaptação ao diagnóstico de deficiência visual. **Revista Educação Especial**, v. 33, n. 2, p. 1-15, 2020.

COSTA, R. S.; MOURA, D. A. Desenvolvimento infantil e deficiência visual: reflexões sobre estimulação precoce. **Cadernos de Educação**, v. 23, n. 62, p. 45-59, 2021.

FARIA, E. M.; RANGEL, R. Excelência com equidade: fatores escolares para o sucesso educacional em circunstâncias desfavoráveis. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 26, n. 61, p. 192–215, 22 jun. 2015.

FERREIRA, J. A.; LIMA, V. C. **Inclusão e acessibilidade: desafios atuais na educação de pessoas com deficiência visual**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

FERREIRA, J. P.; SANTOS, L. M. Formação docente e inclusão de estudantes com deficiência visual: desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação Inclusiva**, v. 3, n. 1, p. 45-62, 2021.



FONTOURA, H. Desafios da formação docente: **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 11, n. 21, p. 57–70, 2 set. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, A. P.; SILVA, J. R. Materiais adaptados e aprendizagem de estudantes com baixa visão: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Educação Inclusiva**, v. 2, n. 1, p. 77-95, 2022.

GOMES, T. R.; BARBOSA, E. S. Inclusão escolar e práticas pedagógicas acessíveis: reflexões contemporâneas. **Cadernos de Educação**, v. 28, n. 4, p. 112-130, 2023.

MARIA PEREIRA, S. OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA ACERCA DA DEFICIÊNCIA VISUAL PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Revista Territórios**, v. 03, n. 02, p. 329–342, 26 fev. 2021.

MARREIROS, C. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIFICULDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR. **Revista Observatório Científico**, 13 mar. 2026.

MARTINS, A. C. Tecnologias assistivas e práticas pedagógicas na educação inclusiva: avanços e desafios. **Revista Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 1, p. 77-94, 2024.

MEDEIROS, R. V.; PEREIRA, J. L. C. Cartografia tátil e deficiência visual: um olhar na perspectiva da educação escolar inclusiva. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 5, 1 jan. 2019.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

OLIVEIRA, M. C.; SANTOS, E. F. A importância da intervenção precoce no desenvolvimento de crianças com deficiência visual. **Revista Psicopedagogia**, v. 39, n. 120, p. 112-123, 2022.

OLIVEIRA, S. R. Aprendizagem e desenvolvimento de estudantes com deficiência visual: uma revisão atual. **Revista Psicopedagogia em Foco**, v. 12, n. 3, p. 201-219, 2023.

ORIÁ, R. L. B.; MATOS, T. G. R. PSICÓLOGO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR. **Revista Exitus**, v. 14, p. e024057, 7 nov. 2024.

PAULI, R. de; SILVA, A. R. BNC-Formação Continuada: diretrizes e tensões na formação continuada de professores no contexto educacional brasileiro. **Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 309–321, 20 dez. 2023.

RAMOS, R. **INCLUSÃO NA PRÁTICA: ESTRATÉGIAS EFICAZES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Summus Editorial, 2023.

RODRIGUES, P. L. Família e escola na inclusão de crianças com deficiência visual: uma parceria necessária. **Revista Interdisciplinar de Estudos da Inclusão**, v. 5, n. 2, p. 89-104, 2022.

SANTOS, J. R.; PEREIRA, M. C. **Educação inclusiva e deficiência visual: práticas, recursos e mediação pedagógica**. São Paulo: Cortez, 2021.



SANTOS, S. M. A. V. *et al.* A INCLUSÃO ESCOLAR E O USO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 11, p. 6028–6044, 25 nov. 2024.

SILVA, J. A.; LIMA, C. F. Potencialidades cognitivas de estudantes com deficiência visual: uma análise contemporânea. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, n. 1, p. 55-72, 2021.

SILVA, A.; SILVA, F. TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS. **Revista Vox Metropolitana**, n. 3, 1 ago. 2020.

SILVA, L. C. Formação de professores: desafios à educação inclusiva. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 691-702, 2015.

SILVEIRA, É. S.; SÁ, A. V. M. DE. A deficiência visual em foco: estratégias lúdicas na Educação Matemática Inclusiva. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 100, 12 nov. 2019.

SOUZA, T. A.; FERREIRA, L. B. Práticas pedagógicas inclusivas para estudantes com deficiência visual: perspectivas contemporâneas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. 4, p. 2510-2528, 2022.

TRECINO, T. M.; CARON, L. A educação da pessoa com deficiência visual. **Retratos da Escola**, v. 13, n. 27, p. 769, 9 jan. 2020.

UNESCO. **Global Education Monitoring Report 2022: Inclusion and Education**. Paris: UNESCO, 2022.